

STJ00100166

ROGÉRIO GRECO

**DIREITO PENAL DO
EQUILÍBRIO**

**Uma Visão Minimalista
do Direito Penal**

8ª edição

Revista e atualizada até 1º de janeiro de 2015



Niterói, RJ
2015



© 2015, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

PROJETO GRÁFICO: EDITORA IMPETUS LTDA.

EDITORACÃO ELETRÔNICA: EDITORA IMPETUS LTDA.

CAPA: WILSON COTRIM.

REVISÃO DE PORTUGUÊS: C&C CRIAÇÕES E TEXTOS LTDA.

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: VOZES EDITORA E GRÁFICA LTDA.

G829d

Greco, Rogério.

Direito Penal do Equilíbrio: uma visão minimalista do
Direito Penal / Rogério Greco. 8ª ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2015.

212 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7626-813-0

I. Direito Penal – Brasil. Título. II. Série.

CDD: 345.81

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, as referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Abolicionismo, Direito Penal Mínimo e Movimento de Lei e Ordem	5
2.1. O Abolicionismo.....	5
2.2. O Movimento de Lei e Ordem	12
2.2.1. <i>Fixing broken windows</i> (Consertando as janelas quebradas) e <i>Three strikes and you're out</i>	18
2.2.2. Direito penal de emergência	21
2.2.3. Direito penal do inimigo	23
2.3. O Direito Penal Mínimo	30
2.4. O Direito Penal Moderno	36
Capítulo 3 – Enfoques Criminológicos	37
3.1. Introdução.....	37
3.2. Principais Áreas de Estudo do Criminólogo.....	38
3.3. Teorias Criminológicas	41
3.3.1. Teoria do delito como eleição.....	41
3.3.2. Teorias das influências	43
3.3.3. As predisposições agressivas.....	46
3.3.4. O aprendizado da delinquência	48
3.3.5. Teoria do etiquetamento (<i>labeling approach</i>)	48
3.3.6. <i>Bullying</i>	50
3.4. Conclusão	51
Capítulo 4 – Síndrome da Mulher de Potifar, Síndrome de Estocolmo e Síndrome de Londres	53
4.1. Síndrome da Mulher de Potifar.....	53
4.2. Síndrome de Estocolmo.....	56
4.3. Síndrome de Londres	58

Capítulo 5 – Conceito de Princípios	59
5.1. O Caráter Normativo dos Princípios	62
Capítulo 6 – Princípios Fundamentais do Direito Penal do Equilíbrio	67
6.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	67
6.1.1. A concepção normativa da dignidade da pessoa humana	69
6.1.2. O desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana pelo próprio Estado	72
6.1.3. A relativização do princípio da dignidade da pessoa humana	73
6.2. Princípio da Intervenção Mínima	74
6.2.1. Teoria do bem jurídico como fundamento da intervenção mínima	76
6.2.1.1. O critério de seleção dos bens jurídico-penais e a criação típica	78
6.2.2. Da natureza subsidiária do Direito Penal	85
6.3. Princípio da Lesividade	89
6.4. Princípio da Adequação Social	95
6.5. Princípio da Insignificância	98
6.5.1. Origem e natureza jurídica do princípio da insignificância	99
6.5.2. O Princípio da insignificância nos Tribunais Superiores	105
6.6. Princípio da Individualização da Pena	105
6.7. Princípio da Proporcionalidade	111
6.7.1. Proibição de excesso e proibição de proteção deficiente	114
6.7.2. A pena necessária	115
6.7.3. A pena suficiente	119
6.8. Princípio da Responsabilidade Pessoal	121
6.9. Princípio da Limitação das Penas	125
6.9.1. Da pena de morte	127
6.9.2. Da pena de caráter perpétuo	129
6.9.3. Da pena de trabalhos forçados	130
6.9.4. Da pena de banimento	132
6.9.5. Das penas cruéis	133
6.10. Princípio da Culpabilidade	135
6.11. Princípio da Legalidade	141
6.11.1. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege praevia</i>	144
6.11.2. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege scripta</i>	146
6.11.3. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege stricta</i>	147
6.11.4. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege certa</i>	151

Capítulo 7 – A Seletividade do Direito Penal	155
Capítulo 8 – Implementação das Finalidades Sociais do Estado Como Fator Inibidor da Prática de Infrações Penais	161
Capítulo 9 – A Ideia da Ressocialização.....	167
9.1. A Ressocialização sob o enfoque do Direito Penal do Equilíbrio.....	172
Capítulo 10 – Conclusão.....	177
Referências	181
Índice Remissivo	187